

Quarta-feira, 26 de Setembro de 2007 - Estrasburgo

Detenções secretas e transferências ilegais de presos nos Estados Membros do Conselho da Europa (relatórios Fava e Marty) (debate)

Ana Maria Gomes (PSE). - Até ao dia de Setembro de 2006 em que o Presidente Bush confirmou a existência de prisões secretas em países terceiros, o Governo português tinha como fiáveis as garantias de Washington de não ter sido violada a soberania ou legalidade de aliados europeus.

Mas a partir dessa data e, estando provado que várias renditions haviam operado através da Europa, era elementar dever investigar se Portugal ou agentes portugueses haviam sido envolvidos e, sobretudo, impedir que prosseguisse a sua implicação. Mas, para tristeza e vergonha minha, o PS, o meu partido, o partido no Governo, votou contra a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar a 10 de Janeiro de 2007. E, no entanto, estavam já comprovadas mais de uma centena de escalas em aeroportos portugueses, por aviões envolvidos no programa das renditions . Nunca foram entregues pelo Governo português ao Parlamento nacional ou a este Parlamento, apesar de repetidamente solicitadas, as listas de passageiros e de tripulantes dos voos mais suspeitos que o SEF conseguiu reconstituir.

O Governo português também não autorizou que o director dos serviços secretos e os predecessores desde 2002 fossem ouvidos pela missão do Parlamento Europeu que se deslocou a Lisboa em Dezembro de 2006. O Governo português não entregou ao Parlamento nacional, nem ao Parlamento Europeu, a lista repetidamente solicitada de voos civis ou militares de e para Guantanamo com passagem em território português. Até Dezembro de 2006, o Governo negou tais voos. Mas estavam registados e a lista compilada incluía 94 sobrevoos e 17 escalas, sobretudo de aeronaves civis e militares americanas, entre Janeiro de 2002 e final de Junho de 2006.

Há provas de que em vários desses aviões foram transportados prisioneiros da base de Incirlik na Turquia, para Guantanamo, incluindo os Bosnian six . Uma vez que a lista chegou ao Parlamento Europeu, o Governo português não refutou a autenticidade da lista, mas passou a alegar que o centro de detenções de Guantanamo não é sinónimo da base militar de Guantanamo e que voos para essa base militar seriam "normais" e sob os auspícios da ONU ou da NATO. O Secretário-Geral da NATO negou-o posteriormente e por escrito.

Em Janeiro de 2006, recolhi testemunhos de terem sido avistados prisioneiros agrilhoados na base das Lajes, nos Açores, transferidos para aviões americanos. Esses testemunhos foram confirmados por jornalistas e foram publicadas reportagens incluindo com fotografias dos edifícios.

Senhor Presidente, em Portugal está hoje em curso uma investigação judicial. Infelizmente não foi determinada pelo Governo português, foi por minha iniciativa. Mas a verdade há-de vir ao de cima, face aos dados inquietantes recolhidos neste Parlamento desde os tempos do governo de Durão Barroso até ao actual.